



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

L.I. Nº 006/2025

O MUNICÍPIO DE IMIGRANTE, pessoa jurídica de direito público interno com sede à Rua Castelo Branco, 15, cidade de Imigrante /RS, inscrito no CNPJ sob nº 92.454.776/0001-08, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 237/97, Lei Complementar 140/2011 e Resolução CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) nº 102/05 e através do Convênio de Cooperação em Ações do Meio Ambiente – FEPAM e Município de Imigrante e conforme disposto no art. 17 da Lei Estadual nº 10.330 de 27.12.1994 e Resolução CONSEMA 372/2018, e com base nos autos do processo administrativo nº 29769/2025, expede a presente **LICENÇA DE INSTALAÇÃO** que autoriza :

NOME DO EMPREENDEDOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRÂNSITO;

CNPJ N.º: 92.454.776/0001-08;

ENDEREÇO DA OBRA: Rod. IM 350, ENTRE Colinas e Imigrante

MUNICÍPIO: IMIGRANTE/RS;

Para emissão da LICENÇA DE INSTALAÇÃO: da atividade de: **RODOVIA MUNICIPAL**, conforme código 3451,10 da Resolução CONSEMA 372/2018, em uma área total a ser restaurada de 40.060,00m², com potencial de graduação Mínimo e Potencial poluidor Alto conforme Decreto Municipal nº 1125/2009.

CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto à Licença:

1.1. Esta Licença defere a instalação do empreendimento, o qual contempla a atividade de RESTAURAÇÃO do asfalto da rodovia IM-350 (pavimentação asfáltica);

1.2. Em caso de acidente ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, contaminação do solo, vegetação e/ou recursos hídricos, a Equipe de Supervisão Ambiental, a Equipe da Coordenadoria Técnica de Meio Ambiente-CTMA/DAER deverão mitigar o ocorrido, e a Fepam deverá ser informada por meio de Relatório técnico, com dados pertinentes e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

memorial fotográfico;

1.3. cópia desta Licença deve permanecer no local da obra, salienta-se que, é dever e torna-se imprescindível que todos os engenheiros/supervisores da obra tenham conhecimento do exposto nesta Licença;

2. Quanto ao Empreendimento, obras de terraplenagem e construção civil:

2.1. As obras deverão ser executadas somente nas áreas solicitadas, conforme Projeto Técnico, memorial descritivo e plantas apresentadas, sob responsabilidade do Eng. Selmo Gilvani Eberhardt CREA/RS 175282 e ART nº 13408342, em conformidade com normas técnicas do DAER ou DNIT;

2.2. Os locais objeto de obras do empreendimento deverão receber sinalização ambiental e de segurança, principalmente em desvios e locais sujeitos a instabilidade geotécnica (desmoronamento de material rochoso, erosão, etc.) ou críticos para poluição ambiental;

2.3. O material mineral utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente, e com Licença de Operação em vigência;

2.4. As jazidas, pedreiras e área de britagem a serem utilizadas no empreendimento, localizadas fora da faixa de domínio, deverão possuir Licença de Operação (LO) em vigência pelo Órgão Ambiental;

2.5. Está licenciado o uso de material mineral (área de empréstimo) e áreas de bota-fora localizadas na faixa de domínio da rodovia somente para fins de uso e execução de obras no presente empreendimento;

3. Quanto à intervenção em vegetação nativa e manejo florestal:

3.1. Deverá ser observado o que determina a Lei Federal nº. 11.428/2006, e no Decreto Federal nº 6.660/2008, no que se refere à utilização e proteção da vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica;

3.2. No trecho a ser pavimentado não haverá supressão de vegetação.

4. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

4.1. Está vetada a supressão de Vegetação Primária e Vegetação Secundária em estágio Avançado de Regeneração, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 033/1994 e Lei Federal nº 11.428/2006;

4.2. Está proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992 e Lei Estadual nº 11.520/2000;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

4.3. Deverão ser preservados os exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual Nº 9.519/1992 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual Nº 42.099/2002 (Lista da Flora Nativa ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul);

4.4. Não está licenciado o corte de exemplares de espécies protegidas por Lei;

4.5. Se houver necessidade de corte de exemplar de espécie ameaçada de extinção ou imune, deverá ser consultada o Departamento de Meio Ambiente por meio de requerimento com protocolo de juntada ao presente Processo, sendo necessário apresentar Laudo Técnico com justificativa técnica, memorial fotográfico, respectivo Projeto de Supressão e/ou Transplante, Compensação e Reposição Florestal, ART, taxa de atualização de documento licenciatório e demais informações pertinentes;

5. Quanto aos Resíduos Sólidos e uso de óleos lubrificantes:

5.1. Os resíduos gerados nas obras deverão ser comprovadamente destinados a locais devidamente licenciados por esta Fundação;

5.2. Não poderão ser utilizados áreas de preservação permanente, nascentes ou locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte de bota-fora;

5.3. Deverá ser realizada a devolução voluntária das embalagens plásticas de óleos lubrificantes adquiridos em ponto de compra no comércio varejista, sendo ponto de coleta dos fornecedores imediatos (atacadista/fabricante), para que realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo;

5.4. Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 362/2005;

Caso venha ocorrer alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma ao Departamento Municipal do Meio Ambiente, sob pena de continuar com a responsabilidade sobre o empreendimento licenciado por este documento.

A presente **LICENÇA DE INSTALAÇÃO** autoriza a área em questão para o início das obras citadas no projeto técnico.

Esta licença só tem validade de acordo com a LEI MUNICIPAL 1484/2009, para as condições acima até 06/05/2027 Porém caso algum prazo estabelecido nesta licença for



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

descumprido, automaticamente, esta perderá a validade, como também se os dados fornecidos não correspondem à realidade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam com a realidade.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Imigrante, 06 de maio de 2025.

Germano Stevens
Prefeito Municipal